

Senador do PFL propõe que se forme um governo de coalizão

Tarcísio Holanda

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) propôs, em entrevista exclusiva, um governo da coalizão, no qual estejam representadas as correntes mais expressivas da política brasileira que se disponham a apoiar novo esforço do Governo, baseado em programa mínimo que contenha medidas de curto, médio e longo prazos para vencer a inflação e levar o Brasil a retomar o desenvolvimento.

“Para a formação desse Governo, o entendimento não deve pressupor a influência de nenhum grupo e nem a imposição de nomes. Os nomes serão aqueles que resultarem da própria confluência de pensamento das diferentes forças reunidas, tendo em vista a melhor forma de encontrar soluções adequadas. Sem esse entendimento, dificilmente o País encontrará uma saída”, acrescenta o parlamentar baiano.

Programa — Josaphat Marinho reconhece que não existe, no País, nenhuma liderança capaz de assumir a responsabilidade de propor e conduzir entendimento dessa magnitude e profundidade. Para que a conciliação tenha sucesso, faz-se necessário que o Presidente da República tome a iniciativa de oferecer, ao exame das forças políticas, um programa mínimo de ação, que seria livremente discutido.

As forças antes divergentes se unirão, não em torno da pessoa do presidente da República, diz Josaphat, “mas na linha de aceitação de um compromisso maior, que represente a média do pensamento das forças políticas então coligadas”. Antes de tudo, é preciso que haja um desarmamento de espíritos, que todos eliminem os preconceitos em favor do interesse nacional.

“Há meses, o presidente deu a conhecer à Nação o Projeto de Reconstrução Nacional, que era um esboço de plano de Governo. Nem tudo que está nesse projeto, creio, poderia constituir compromisso para as diferentes forças políticas, mas vários de seus fundamentos poderiam servir de base para a elaboração do pro-

JEFFERSON PINHEIRO



Josaphat: caminho doloroso

grama mínimo de ação aceito por todas as forças políticas”, lembrou o senador baiano.

Josaphat adverte ser essencial que essa discussão se trave à luz desses dados objetivos, tratando-se de estabelecer as prioridades políticas e administrativas que a conjuntura crítica reclama. Discípulo de Otávio Mangabeira, lembra que depois da luta pelo fim do Estado Novo, entre o PSD e a UDN, o grande político baiano articulou um Ministério de coalizão no governo Dutra criando-se condições favoráveis para que os governadores da UDN fizessem razoáveis administrações.

O senador julga que esse entendimento não é apenas possível, mas imperioso, neste momento em que o País perdeu a confiança em si mesmo. À medida que os meses passam, a situação mais se agrava, tornando naturalmente doloroso o caminho da recuperação. Ninguém nega, para Josaphat, o esforço que empreende o presidente Collor para combater a inflação, “mas a verdade é que a inflação resiste, cresce, e em boa medida porque não houve, ainda, um entendimento capaz de fortalecer a ação geral do Governo, através de ampliação de sua base de sustentação”.

Envelhecimento — Quando se define a modernidade como a ausência do Estado está se cogitando de envelhecimento. Sustenta o senador não ser possível que, em pleno Século XX, fale-se em reduzir o Estado ao estado liberal dos Séculos XVIII e XIX. Concor-

da em que não se deve ter o Estado autoritário, que não se deve permitir que ele absorva atividades que cabem à iniciativa privada, mas não se pode negar seu papel importante “diante da complexidade do corpo social de nosso tempo, com a diversidade de problemas que separam os grupos sociais, os grupos intelectuais e os grupos religiosos”.

A situação do País decorre de longo período de instabilidade para Josaphat Marinho. Tivemos uma revolução em 1930, feita em nome da representação e da justiça, ou seja, com o propósito de estabelecer maior equilíbrio econômico e social, garantindo a plenitude da vida representativa, já que o País vivia de eleições falsas. Vitoriosa a revolução, ao invés de garantir a representatividade legítima, instituiu a ditadura por quatro anos.

Josaphat admite que tivemos melhoria significativa no plano social, através das leis trabalhistas que sobrevieram, “muitas delas à revelia da vontade do ditador e pela presença de algumas figuras representativas que concorreram para dar maior categoria social ao operariado em geral”. Veio 1934, fizemos uma Constituição democrática, provavelmente a Constituição mais evoluída para a época, mas que não durou senão três anos, pois, com o golpe de Estado de 1937, vivemos sob regime ditatorial até 1945.

Restaurada a democracia, Josaphat julga que a Constituição de 1946 tinha conteúdo liberal e não socializante — era um regime de garantias constitucionais. Em verdade, acha que a prática desse regime, de 1946 a 1963, apesar de equívocos e deformações, vinha concorrendo para dar ao povo a segurança de seus direitos, a eficácia de seu voto. O povo começou a votar com consciência crescente e a eleição de Jânio, contra os partidos e com linguagem nova, representou um fenômeno diferente. Infelizmente, para o senador, tivemos grave retrocesso em 1964, com a intervenção militar que haveria de projetar seus malefícios sobre as instituições por muito tempo.